PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. CORONEL ARMANDO)

Institui o Documento Nacional de Identidade da Pessoa com Deficiência (DNI-Pessoa com Deficiência) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Documento Nacional de Identidade da Pessoa com Deficiência (DNI-Pessoa com Deficiência) e dá outras providências.

Art. 2º É instituído o Documento Nacional de Identidade da Pessoa com Deficiência (DNI-Pessoa com Deficiência) com fé pública e validade para fins de identificação civil em todo o território nacional.

§ 1º O DNI-Pessoa com Deficiência fará prova de todos os dados nele incluídos, inclusive da condição de pessoa com deficiência do titular, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nele tenham sido mencionados.

- § 2º O DNI-Pessoa com Deficiência será gratuitamente emitido:
- I pela Justiça Eleitoral;
- II pelos institutos de identificação civil dos Estados e do
 Distrito Federal, com certificação da Justiça Eleitoral;
- III por outros órgãos, mediante delegação do Tribunal Superior Eleitoral, com certificação da Justiça Eleitoral.
- § 3º O DNI-Pessoa com Deficiência poderá substituir o título de eleitor, observada a legislação do alistamento eleitoral, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.





Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela assim considerada nos termos do disposto no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 4º Para a emissão do DNI-Pessoa com Deficiência, o interessado em obter o documento deverá comprovar a sua condição de pessoa com deficiência mediante a apresentação de laudo de avaliação por equipe multiprofissional que ateste a deficiência em observância aos critérios resultantes do disposto nos §§ 1º e 2º do caput do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 5º Serão utilizados, com vistas à emissão do DNI-Pessoa com Deficiência, os dados e informações da Identificação Civil Nacional (ICN) de que trata o art. 1º da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, e outros disponibilizados por órgãos e entidades da administração pública.

Parágrafo único. Se já houver comprovação a respeito da condição de pessoa com deficiência do interessado em obter o DNI-Pessoa com Deficiência perante órgão ou entidade da administração pública e os dados e informações a esse respeito constarem nas bases de dados e informações da Identificação Civil Nacional (ICN) de que trata o art. 1º da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, poderá ser dispensada a comprovação de que trata o art. 4º, desde que o interessado, ao solicitar a emissão do DNI-Pessoa com Deficiência, expressamente declare, sob as penas da lei, que não houve qualquer alteração no estado de deficiência reportado.

Art. 6° Compete ao Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional (ICN) de que trata o art. 5° da Lei n° 13.444, de 11 de maio de 2017, recomendar o padrão e os documentos necessários para expedição do DNI-Pessoa com Deficiência, devendo as decisões quanto a essa matéria ser tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 7° A Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 95-A:

"Art. 95-A. É gratuita a primeira emissão, para a pessoa com deficiência, de documentos de identificação civil válidos em todo o território nacional para todos os fins de direito.





- § 1º A gratuidade de que trata o caput deste artigo também se aplica à emissão de segunda via dos documentos de identificação civil de que trata o caput deste artigo que tenham sido extraviados, furtados ou roubados.
- § 2º Condiciona-se a concessão do benefício previsto no § 1º do caput deste artigo à apresentação à autoridade emissora de:
- I boletim de ocorrência policial à autoridade que contenha a relação discriminada dos documentos extraviados, furtados ou roubados; e
- II solicitação de emissão da segunda via do documento no prazo de até noventa dias contados da data de comunicação de extravio ou de ocorrência de furto ou roubo, conforme o caso.
- § 3º O disposto neste artigo não se aplica à Carteira Nacional de Habilitação ou permissão para dirigir veículo automotor, aos documentos de identificação emitidos pelos Conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil e outros entes de fiscalização de exercício de profissão regulamentada, aos documentos de identificação funcional emitidos por órgãos e entidades da administração pública e aos diversos tipos de passaporte e outros documentos de viagem."

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do primeiro ano subsequente ao de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa instituir o Documento Nacional de Identidade da Pessoa com Deficiência (DNI-Pessoa com Deficiência) com fé pública e validade para fins de identificação civil da pessoa com deficiência em todo o território nacional.

Esse referido documento terá emissão gratuita pelo Poder público e fará prova de todos os dados nele incluídos, inclusive da condição de pessoa com deficiência do titular, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nele tenham sido mencionados.

Para a emissão do DNI-Pessoa com Deficiência, caberá ao interessado em obter o documento, via de regra, comprovar a sua condição de pessoa com deficiência segundo o disposto no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Armando





julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), mediante a apresentação de laudo de avaliação por equipe multiprofissional que ateste a deficiência em observância aos critérios resultantes do previsto nos §§ 1º e 2º do caput do referido artigo.

Cuida a providência legislativa alvitrada de assegurar, às pessoas com deficiência, um importante instrumento de identificação civil, o qual, colhendo os avanços proporcionados pelo caráter nacional das bases de dados do Documento Nacional de Identificação - DNI instituído pela Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, e pelas demais normas a esse atinentes, terá o condão específico de facilitar o exercício dos direitos especialmente assegurados a tais pessoas em razão de sua especial condição pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e outros diplomas normativos em vigor.

Além disso, é aqui ora proposto um regramento destinado a assegurar a gratuidade da emissão, para a pessoa com deficiência, de documentos de identificação civil válidos em todo o território nacional para todos os fins de direito, inclusive da segunda via respectiva nas hipóteses em que tenham sido extraviados, furtados ou roubados. Tal medida é plenamente justificável, dada a patente maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência em geral, em maior grau, a crimes e situações de extravio de documentos pessoais.

Certo de que a importância deste projeto de lei e os benefícios que dele poderão advir serão percebidos pelos meus ilustres Pares, esperamos contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CORONEL ARMANDO



